



Número: **0805143-63.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **05/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERLANDIO JOELSON CHAVES (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7403335	02/12/2019 13:19	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE
TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0805143-63.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ERLANDIO JOELSON CHAVES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO:

ERLANDIO JOELSON CHAVES, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

O autor alega que foi vítima de acidente de trânsito em 23/12/2017. Ressalta que, em virtude do acidente automobilístico, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais fraturas no membro inferior direito (tíbia e fêmur), resultando em debilidade permanente de 100 % (cem por cento).

Afirma que recebeu indenização paga de forma desproporcional ao grau de limitação no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), razão pela qual ingressou com a presente demanda pleiteando pela concessão de justiça gratuita e indenização complementar no valor de R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Despacho de ID nº 6163330 deferiu a gratuidade, designou audiência de conciliação e nomeou perito para a realização de prova pericial.

Contestação do requerido ID nº 6508489, argumenta que o autor já recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Alega ainda que a parte autora não fez a juntada de documentos obrigatórios a propositura da ação como o comprovante de residência, bem como o laudo do IML, não comprovando a invalidez completa, razão pela qual pugna pela improcedência total da demanda.

A perícia judicial foi realizada em audiência uma de conciliação e instrução e julgamento, conforme laudo médico colacionado aos autos, constatando lesão no joelho direito no percentual de 75 % (setenta e cinco por cento).



Intimados para se pronunciarem sobre o laudo médico em audiência, o requerente impugnou o laudo judicial, argumentando que o perito não analisou a documentação acostada aos autos, tampouco o laudo de médico ortopedista especialista que graduou a perda de limitação funcional do membro inferior direito em 75%, requerendo a redesignação de uma nova perícia com outro médico perito.

A requerida manifestou-se sobre a perícia realizada, pleiteando a improcedência total da demanda, eis que o valor indenizatório pago administrativamente foi superior a quantia correspondente a lesão apurada na perícia médica judicial.

É o relatório, passo a decidir.

DA PROVA PERICIAL:

Prefacialmente, destaco que apesar dos argumentos esposados pela parte requerente impugnando o laudo apresentado pelo perito judicial, entendo pela análise do laudo pericial que o referido exame foi bastante elucidativo ao mencionar a existência de limitação funcional no joelho direito no percentual de 75 % (setenta e cinco por cento).

Destarte, no caso sub judice não se encontra fundamentação apta a demonstrar inaptidão ou incapacidade técnica do profissional designado para a realização da perícia, tampouco incorreção na confecção do laudo, que pudessem justificar a realização de nova perícia.

O que se percebe, em verdade, é apenas a insatisfação do requerente com as conclusões obtidas pelo do expert, o que, por si só, não tem o condão de anular a perícia produzida. Desta forma, não há razões para desconsiderar o laudo pericial, porquanto, ao contrário do que alega o requerente, a perícia foi devidamente realizada.

Ademais, verifica-se que parte autora alega foi acometida de invalidez no percentual de 100 % (cem por cento). Entretanto, a perícia judicial realizada em audiência concluiu a existência de lesão no joelho direito no percentual de 75 % (setenta e cinco por cento). Em consequência, aplicando-se o percentual de 100% previsto na tabela, resulta no valor inicial de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Considerando que a invalidez é incompleta aplicando-se a redução proporcional prevista art. 3º, §1º, inciso II da lei 6.194/74, aplicando-se o percentual de repercussão de 75% (setenta e cinco por cento), o valor a ser pago em favor do requerente seria de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Importante destacar que o autor já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Portanto, o valor de indenização pago administrativamente pela ré se apresenta igual ao valor correspondente ao percentual da lesão apurada pelo perito judicial, razão pela qual o autor não faz jus a indenização complementar, restando apenas o reconhecimento da improcedência da ação.

III – DISPOSITIVO:

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC/15, julgo improcedentes os pedidos do autor.



Condeno ainda parte autora ao pagamento de custas e honorários em 10%, que se encontram suspensos em face da gratuidade, nos termos do art. 98, §3º, do CPC/15.

Considerando que o perito nomeado já apresentou o laudo pericial e que as partes já foram devidamente intimadas para se manifestarem a respeito do mesmo, defiro o pedido realizado em audiência para autorizar o levantamento dos honorários periciais depositados na Agência 3791/Conta Judicial nº 4800105062517 – BANCO DO BRASIL, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e eventuais acréscimos, em favor do perito nomeado, FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA, CRM-PI 3920, CPF nº 877.154.063-68.

A presente sentença servirá de alvará judicial, para saque dos valores junto à instituição financeira.

Após o trânsito em julgado, cumpridas as providências de praxe, e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

P.R.I. e cumpra-se.

TERESINA-PI, 29 de novembro de 2019.

LUCICLEIDE PEREIRA BELO
Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina

